



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Conjuntura, Previsão e Relações
Internacionais

Relatório Finanças Públicas “Janeiro a Dezembro de 2009”

Bissau, Março de

Finanças Públicas – Estado

Até Dezembro 2009, o défice global do Estado foi de 12.347,1 milhões de FCFA, tendo-se registado um acréscimo na receita total de 6,7% e um decréscimo na despesa corrente primária de 2,4% face ao mesmo período do ano transacto. O défice primário situou-se em 11.346,8 milhões de FCFA contra 14.670,8 milhões de FCFA no mesmo período de 2008.

Execução Orçamental do Estado (Janeiro à Dezembro)

Em milhões FCFA

DESIGNAÇÃO	2008	2009	VH %
	Exec	Exec	
Receitas Correntes	33.154,3	35.369,2	6,7
Receitas Tributárias	20.915,4	26.578,0	27,1
Receitas não Tributárias	12.238,9	8.791,2	-28,2
Despesas Correntes	47.922,5	45.594,1	-4,9
Salário do Pessoal	20.138,4	20.082,8	-0,3
Aquisição Bens e Serviços	9.081,1	6.770,4	-25,4
Transferências	12.357,4	11.577,1	-6,3
Outras Despesas	4.125,1	6.163,5	49,4
Juros	2.220,5	1.000,4	-54,9
Despesas à Regularizar	458,3	705,1	53,9
Despesas de Capital	1.731,0	15.359,7	787,3
Total das Receitas	33.154,3	35.369,2	6,7
Total das Desp. Internas	50.045,6	47.716,3	-4,7
Saldo Global exc. Donativos	-16.891,4	-12.347,1	
Saldo Primário	-14.670,8	-11.346,8	

Fonte: DGCPR - MF

Até Dezembro 2009:

- O défice global do Estado, excluindo donativos, foi de 12.347,1 milhões de FCFA contra 16.891,4 milhões de FCFA no mesmo período de 2008;
- O défice primário foi de 11.346,8 milhões de FCFA contra 14.670,8 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto.
- **A receita total** aumentou 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

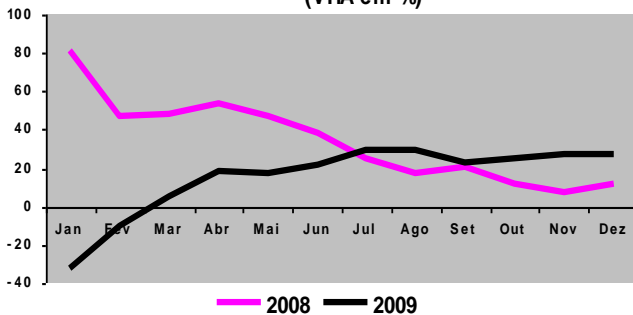
As receitas tributárias registaram um crescimento de 27,1%, em resultado do aumento dos impostos indirectos em 28,0% e nos impostos directos em 24,7%.

Enquanto as **receitas não tributárias**, diminuíram em 28,2%. Este facto explica-se pela queda registada na ordem de 40,0% nas licenças de pesca, justificada pela baixa de 50% na compensação financeira da UE.

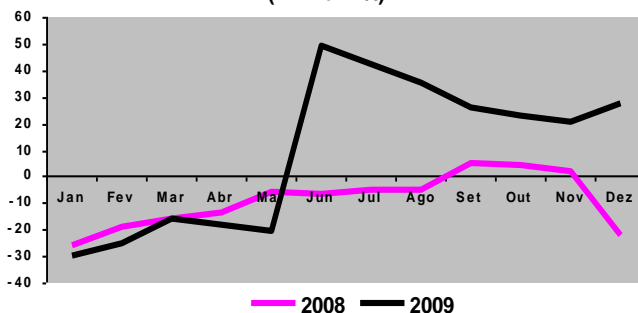
A evolução dos impostos directos deve-se ao crescimento da receita de:

- Imposto sobre rendimento (ISR) em 24,6%, originado pelo aumento na contribuição predial e na contribuição industrial em 65,9% e 26,5% respectivamente face ao mesmo período do ano anterior;

Receita Tributária do Estado
(VHA em %)



Despesa Primária do Estado
(VHA em %)



- Os outros impostos directos, cresceram em 38,5%. Este crescimento foi influenciado pelo aumento significativo no imposto sobre propriedade em 182,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A maioria dos impostos indirectos registaram uma evolução positiva, destacando-se as receitas de imposto sobre consumo (IEC) com um crescimento de 46,5%, receitas de imposto s/ transacções internacionais com 29,1% e as receitas do imposto geral s/ venda (IGV) com 25,6%.

A despesa primária aumentou 27,7% em resultado do aumento significativo na despesa de capital em 787,3%, apesar de uma ligeira diminuição na despesa corrente primária em 2,4%.

A diminuição da despesa corrente primária é influenciada pela:

- Diminuição, nas aquisições de bens e serviços (25,4%) e nas transferências (6,3%), destacando-se, este último, a diminuição nas outras transferências e nas transferências para as embaixadas.
- Enquanto no salário do pessoal, houve uma ligeira diminuição (0,3%).

Em relação as outras despesas, houve um grande aumento (49,4%), comparando com o mesmo período do ano anterior.

Pagamento dos atrasados de salário e da dívida

Até Dezembro de 2009, o Governo conseguiu honrar uma parte dos compromissos internos, entre os quais: três meses do salário em atraso de 2008 em cerca de 9,0 bilhões de FCFA, ao sector das pescas, 1,0 bilhões de FCFA, ao fundo Japonês, 1,0 bilhões de Fcfa, financiamento ao PIP-DENARP, 1,0 bilhões de FCFA e dívidas para com os bancos comerciais no montante de 13,9 bilhões de FCFA, tendo sido pagos já em Janeiro 2010, de forma a poupar 200 milhões de FCFA por mês.

Implicitamente os pagamentos anteriores impediram com que o pagamento das dívidas com o Sector Privado fosse realizado. A dívida auditada do sector Privado no período de 1974 à 1999 totaliza a soma de 21,3 bilhões de FCFA, entre os quais, já foram pagas 4 bilhões de FCFA, restando assim 17,2 bilhões de FCFA por pagar. De 2000 à 2007, está em curso de audição, uma soma de 81,2 bilhões de FCFA, que ficou para concluir nos próximos tempos.

De acordo com as negociações com o FMI, tinha sido estabelecido a amortização de mais 1,9 bilhões de FCFA, pelo que o Governo entendeu elevar este montante para 3,5 bilhões de FCFA, o que até agora não se realizou, pois o Governo estava a contar com os sucessivos Apoios Orçamentais, nomeadamente da Espanha, do BOAD e do BAD, com vista a sua regularização. Espera-se que estes recursos

entrem o mais tardar até o final do mês de Maio de 2010.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO

Indicador	Unidade	Dez-08	Jan-09	Fev-09	Mar-09	Abr-09	Mai-09	Jun-09	Jul-09	Ago-09	Set-09	Out-09	Nov-09	Dez-09
Receita Total	VHA	24,0	-30,0	2,0	12,3	21,6	12,6	22,5	0,7	1,5	0,4	2,7	5,4	6,7
Receitas Corrente	VHA	24,0	-30,0	2,0	12,3	21,6	12,6	22,5	0,7	1,5	0,4	2,7	5,4	6,7
<i>Receitas Tributária</i>	VHA	11,3	-32,8	-10,5	5,6	17,9	17,2	21,7	29,6	29,2	23,4	24,5	27,1	27,1
<i>Receitas Não Tributária</i>	VHA	54,0	-14,4	62,3	40,3	39,9	16,4	24,1	-33,9	-34,5	-33,6	-31,2	-29,3	-28,2
Despesas Total	VHA	-20,3	-22,7	-24,5	-16,0	-19,3	-21,3	43,6	36,2	29,9	22,5	19,0	17,3	24,0
<i>Despesas Corrente</i>	VHA	15,1	-18,4	-19,8	-12,8	-16,4	-20,1	-18,4	-15,6	-15,0	-12,8	-12,4	-11,5	-4,9
<i>Despesas Corrente Primária</i>	VHA	13,9	-26,1	-20,3	-12,4	-14,7	-19,0	-16,8	-13,2	-12,7	-10,7	-10,2	-9,4	-2,4
<i>Despesas Primária</i>	VHA	-22,0	-30,0	-25,3	-15,8	-17,9	-20,4	48,8	41,9	34,9	26,2	22,6	20,7	27,7

Fonte: DGCPRI - MF.

Parte da despesa Primária de Funcionamento (Defesa, Educação, Segurança e Saúde)

Até o final de Dezembro de 2009, o total da despesa de funcionamento entre os sectores da Defesa, Educação, Segurança e de Saúde foi de 17.440,9 milhões de FCFA, o que representa 8,5% do PIB, contra uma previsão de 19.838,6 milhões de FCFA. O rácio da despesa de funcionamento destes sectores sobre o total da despesa corrente foi de 38,3%, no qual, o sector da defesa aparece com 14,3%, Educação com 10,5%, segurança com 8,3% e o sector de Saúde com 5,1%. O total da despesa corrente do Sector da defesa foi de 6.514,4 milhões de FCFA contra uma Previsão de 6.480,0 milhões de FCFA. Entretanto, a maior parte dessa despesa situou-se na rubrica da despesa com pessoal, que representa 2,7% do PIB,

seguindo a rubrica de Bens e Serviço em 0,4% do PIB.

Em relação ao sector educativo, o segundo com mais despesas, representa um total de 4.800,3 milhões de FCFA, contra uma previsão de 5.657,9 milhões de FCFA. As rubricas com maior peso em percentagem do PIB são: despesa com pessoal (2,1%), transferência (0,1%) e bens e serviço (0,08%).

Enquanto no Sector de segurança, o terceiro com menos despesas, o Governo tinha previsto 4.478,8 milhões de FCFA e executou somente 3.803,6 milhões de FCFA, um resultado favorável em relação aos outros sectores. Isto deve-se à diminuição da despesa em relação ao

programado em bens e serviço e na despesa com pessoal.

No que refere ao sector de saúde, com a previsão de 3.221,9 milhões de FCFA, o Governo conseguiu executar 2.322,5 milhões de FCFA, um resultado também

favorável. É de salientar que em todos esses sectores, a rubrica da despesa com pessoal está no topo do peso em percentagem do PIB.

(Consultar quadro abaixo).

QUADRO DE EXERCÍCIO DA PARTE DA DESPESA PRIMÁRIA DE FUNCIONAMENTO-2009 (em milhões de Fcfa)								
Despesa Primária Funcionamento		OGE. Anual	Exec.	Diferença	Em % do PIB	Rácio (1) ¹	Rácio (2) ²	Total Real.
Defesa	<i>Bens e Serviço</i>	1.195,7	934,9	-260,8	0,46	14,4	14,3	6.514,4
	<i>Desp. c/pessoal</i>	5.284,3	5.579,6	295,2	2,72	85,6		
	<i>Transferência</i>							
Educação	<i>Bens e Serviço</i>	748,3	161,2	-587,1	0,08	3,4	10,5	4.800,3
	<i>Desp. c/pessoal</i>	4.179,8	4.365,1	185,3	2,13	90,9		
	<i>Transferência</i>	729,8	274,0	-455,8	0,13	5,7		
Saúde	<i>Bens e Serviço</i>	1.164,4	239,7	-924,7	0,12	10,3	5,1	2.322,5
	<i>Desp. c/pessoal</i>	2.057,5	2.082,8	25,3	1,02	89,7		
	<i>Transferência</i>							
Administração Interna	<i>Bens e Serviço</i>	613,6	71,3	-542,3	0,03	1,9	8,3	3.803,6
	<i>Desp. c/pessoal</i>	3.865,2	3.732,3	-132,9	1,82	98,1		
	<i>Transferência</i>							
Total Geral real.		19.838,6					38,3	17.440,9
TOTAL DESP. CORRENTE								45.594,1

¹ Rácio (1): é igual ao total da execução sobre o total de realização.

² Rácio (2): é igual ao total da realização sobre o total da despesa corrente.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Indicador da Dívida Externa até 31 de Dezembro de 2009. (Em mil dólares)

	Total do stock da Dívida até 31-Dez – 08	Total da dívida Externa efectiva até 31 de Dez – 09	Amortizações de Capital em atraso á 31 de Dez-09	Juros atrasados de Pagamentos até 31 de Dez – 09	Total do stock da Dívida até 31 de Dez – 09
Total	1.123.695,72	981.221,31	264.625,50	133.762,59	1.114.983,90
Multilateral	537.893,54	516.673,63	29.674,94	9.011,25	525.684,88
Bilateral	584.629,8	463.655,46	234.442,01	124.471,13	588.126,59
Banco franco-português	1.172,43	892,22	508,55	280,21	1.172,43

Fonte: DGCPRI/DSD

No final de Dezembro, o stock da dívida directa do Estado reduziu ligeiramente passando de 1.123 mil milhões de dólares para 1.114 mil milhões de dólares, menos

8,7 milhões de dólares, representando um decréscimo de 0,8% relativamente ao Dezembro 2008.

ESTADO DA CONVERGÊNCIA NA UEMOA

Quadro do Critério do Primeiro Rang

1º Rang			
CONVERGÊNCIA	Norma	2008	2009
De Jan à Dez 2008/2009			
INDICADORES			
Rácio saldo Orç.de base/PIB	>=0	-9,3	-5,7
Taxa de Inflação média anual	<=3%	10,4	-6,4
Rácio dívida Pub. Efectiva Total/PIB ³	<=70%	261,4	244
Var. dos atras. de pagto. interno	0	8,3	1,0

Quadro do Critério do Segundo Rang

2º Rang			
CONVERGÊNCIA	Norma	2008	2009
De Jan à Dez 2008/2009			
INDICADORES			
Massa Salarial/Receitas Fiscais	<=35%	96,3	75,5
Racio.inv.Pub.fin.rec.int/R.fisc	>=20%	8,0	5,3
Racio.def.ext.cor.s/don/pib	>=5%	-5,5	-8,3
Taxa de pressão fiscal	>=17%	10,7	12,9

Critério do primeiro rang:

Primeiro: Em Dezembro de 2009, o rácio do saldo orçamental de base sobre o PIB nominal é de -5,7%, contra -9,3% no mesmo período homólogo de 2008.

Segundo: Taxa de inflação média anual medida pelo índice dos preços no consumidor representa -6,4% em Dezembro de 2009 contra 10,4% do ano anterior.

Terceiro: O rácio da dívida efectiva líquida sobre o PIB nominal representa 244,0% em 2009 contra 261,4% em 2008.

Quarto: Não acumulação dos atrasados do pagamento interno e externo sobre a gestão do período corrente. Este critério não foi respeitado. No final de Dezembro de 2009, constatou-se a acumulação dos atrasados de pagamentos na ordem de 1,0 biliões de FCFA.

³ A taxa de câmbio utilizado foi de 448,637 xof/USD, no final de Dezembro de 2009.

Critério do segundo rang:

Primeiro: O rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais atingiu 75,5% em Dezembro de 2009 contra 96,3% no mesmo período homólogo de 2008. Esta situação de melhoria é devido ao aumento significativo nas receitas fiscais (27,1%) conjugado com uma ligeira diminuição na massa salarial (0,3%).

Segundo: O rácio dos investimentos públicos sobre os recursos internos em relação as receitas fiscais deteorou-se bastante, passando de 5,3% em 2009 contra 8,0% no mesmo período homólogo do ano anterior.

Terceiro: O rácio do défice exterior corrente sem donativos em relação ao PIB, deteorou-se no período, estabelecendo -8,3% em 2009 contra -5,5% em 2008.

Quarto: Taxa de pressão fiscal anual programada em 2009 foi de 9,2%,

estabelecendo 12,9% em Dezembro de 2009.

Em relação as metas, podemos constatar que durante o período considerado de 2009, houve melhoria em termos do cumprimento dos critérios do pacto da convergência, de estabilidade e do crescimento.

SITUAÇÃO DO PROGRAMA – EPCA

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indic. Quant. Prog. EPCA 2009
(em milhões de Fcfa)

Descrição	2009		
	Fim Dezembro		
	Prog.	Real. Acum. Jan-Dez	Var.
1. Receitas do Governo	29.887,0	35.639,2	5.752,2
receitas fiscais	18.966,0	26.578,0	7.612,0
receitas não fiscais	10.921,0	8.791,2	-2.129,8
2. Saldo Primário Interno	-17.684	-11.346,8	6.337,2
3. Financiamento Interno	-2.343	-10.509,1	-8.166,1
4. Novos Atrasados Internos	-8.304	1.036,4	9.340,4
5. Pag. Atrasados anos anteriores	2.031	4.833,9	2.802,9
6. Dívida Ext. não Conces.			
7. Despesa não Titulada (DNTs)	200	705,1	505,1

No final de 2009, o desempenho do governo no quadro do Programa acordado com o FMI apoiado pelo EPCA registaram progressos na

estabilização da situação económica e Finanças Públicas.

O desempenho fiscal e a implementação programada dos indicadores têm sido sólidos. Apesar do contexto externo ser difícil, até Dezembro de 2009, todos os critérios do EPCA de avaliação quantitativa, excepto dois, foram alcançados.

Relativamente as reformas estruturais no final do ano passado, algumas metas não foram cumpridos mais o governo promete continuar a fazer esforço no sentido de respeitar todas as metas estabelecidas em 2010.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Podemos concluir que o ano económico de 2009 foi difícil devido a Conjuntura Nacional e Internacional com um ambiente externo menos favorável e um ambiente político instável. Mais não obstante, houve alguns progressos na gestão das Finanças Publicas.

Registou-se um acréscimo na receita total de 6,7%, com maior destaque para as receitas tributárias que registou-se aumento de 27,1% e as despesas correntes primárias diminuíram de 2,4% face ao mesmo período do ano transacto.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o desempenho do Governo foi favorável no âmbito do programa apoiado pelo EPCA-2009.

O objectivo principal para o ano 2010, é levar o País ao ponto de conclusão e consequentemente beneficiar do alívio da dívida externa, no sentido de poder beneficiar do tratamento para os Países Pobres e Altamente Endividados (HIPIC).

Para atingir o referido propósito deve-se reforçar os três pilares essenciais e/ou fundamentais, relativamente as componentes das receitas, despesas e resolver a problemática das Despesas Não Tituladas (DNT's).

Em termos prospectivos, espera-se um desempenho fiscal e a recuperação da economia global, à expectativa de uma

produção de caju sustentada, aumento das relações comerciais e a melhoria da situação política e de segurança, que venham a contribuir para uma retoma moderada do crescimento para cerca de 3.5 por cento em 2010.